constatação de "bis in idem" rejeitada, por maioria de votos, porque houve diligência saneadora do AINF, que retirou da "base de cálculo" as mercadorias do regime de antecipação/substituição tributária e isentas do imposto, afastando com isso qualquer possibilidade de exigência em duplicidade. 7. Preliminar de nulidade do julgamento de primeira instância, rejeitada, por voto de qualidade, porque o julgador monocrático, na apreciação da prova, decidiu de acordo com seu convencimento. Não há que se falar em violação ao princípio da "não cumulatividade" quando o sujeito passivo já tiver feito o aproveitamento de crédito fiscal em sua escrita. Pedido de perícia rejeitado, por ser desnecessária a sua realização, uma vez houve diligência saneadora do feito. 8. Preliminar de coisa julgada material, rejeitada, por unanimidade, porque a matéria em questão não trata de coisa já julgada. 9. Preliminar de sobrestamento do julgamento do processo, rejeitada, por unanimidade, porque não há nenhuma determinação legal ou judicial nesse sentido. 10. Prejudicial de mérito - decadência - rejeitada por unanimidade, porque o lançamento tributário foi formalizado dentro do prazo quinquenal previsto tanto no art. 150, § 4º, como no art. 173, I, ambos do CTN. 11. A multa pelo descumprimento de obrigação acessória será absorvida pela multa prevista para o descumprimento da obrigação principal, sempre que o descumprimento da obrigação principal for uma consequência direta do descumprimento da obrigação acessória. É a inteligência do § 2º do art. 78 da lei n. 5530/1989. 12. Preliminar de nulidade do AINF por extrapolação do prazo da Ordem de Serviço, rejeitada, por voto de qualidade, porque o que se extrai dos autos é que o AINF foi lavrado dentro do prazo estabelecido na ordem de serviço. 13. Deixar de recolher o ICMS por haver registrado de forma incorreta o valor real das operações de saídas no Mapa Resumo de Caixa / Livro Registro de Saídas de Mercadorias, caracteriza infração e sujeita infrator às cominações legais. 14. Recurso voluntário conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/09/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 01/09/2011. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Cláudio Humberto Duarte Barbosa, pelo provimento do recurso. ACÓRDÃO Nº 2815- 2ª CPJ, RECURSO Nº 1486 – VOLUNTÁRIO (PROC. Nº 202007730000932-4 /AINF Nº 033736). CONSELHEIRO RELATOR: JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS VASCONCELLOS. EMENTA: 1. ICMS – Auto de Infração. 2. Prejudicial de mérito por não respeito à Sumula Vinculante n. 24 do STF, rejeitada, por voto de qualidade, porque a referida súmula impede tão somente o prosseguimento de processo penal sem que o administrativo tributário esteja definitivamente concluído, portanto, o inverso não é aplicável. 3. Não há que se falar em confisco quando a penalidade aplicada constar de lei. Preliminar rejeitada por unanimidade. 4. Preliminar nulidade do AINF por cerceamento de defesa, rejeitada, por voto de qualidade, porque a juntada de documentos por diligência, com a ciência do sujeito passivo e reabertura de prazo para apresentação de impugnação, afasta qualquer questionamento de prejuízo à defesa. Que a apreensão de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF em estabelecimento de empresa credenciada pela SEFA para garantir o funcionamento e a inviolabilidade do ECF, afasta a aplicação do art. 69, § 2º da lei n. 5530/1989. 5. Preliminar de sobrestamento do julgamento do processo, rejeitada, por unanimidade, porque não há nenhuma determinação legal ou judicial nesse sentido. 6. Preliminar de inaplicabilidade da multa do art. 78, XI, "b" da lei n. 5530/1989, rejeitada, por voto de qualidade, porque é irrelevante para o caso o fato de o ECF ter sido apreendido fora do estabelecimento autorizado para uso, bem como de estar ou não em funcionamento, estando a penalidade aplicada compatível com a situação fática. 7. Preliminar de nulidade do AINF por extrapolação do prazo da Ordem de Serviço, rejeitada, por voto de qualidade, porque o que se extrai dos autos é que o AINF foi lavrado dentro do prazo estabelecido na ordem de serviço. 8. Utilizar ECF em desacordo com as normas estabelecidas na legislação aplicável, constitui infração tributária e sujeita o infrator às penalidades legais. 9. Recurso voluntário conhecido e não provido. DECISÃO: POR VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/09/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 01/09/2011. VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Cláudio Humberto Duarte Barbosa e Daniel Nunes Lopes, pelo provimento do recurso. ACÓRDÃO Nº 2816 - 2ª CPJ, RECURSO Nº 1488 – VOLUNTÁRIO (PROC. Nº 202007730000930-8 /AINF Nº 033737). CONSELHEIRO RELATOR: JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS VASCONCELLOS. EMENTA: 1. ICMS – Auto de Infração. 2. Prejudicial de mérito por não respeito à Sumula Vinculante n. 24 do STF, rejeitada, por voto de qualidade, porque a referida súmula impede tão somente o prosseguimento de processo penal sem que o administrativo tributário esteja definitivamente concluído, portanto, o inverso não é aplicável. 3. Não há que se falar em confisco quando a penalidade aplicada constar de lei. Preliminar rejeitada por unanimidade. 4. Preliminar nulidade do AINF por cerceamento de defesa, rejeitada, por voto de qualidade, porque a juntada de documentos por diligência, com ciência do sujeito

passivo e reabertura de prazo para apresentação de impugnação, afasta qualquer questionamento de prejuízo à defesa. Que a apreensão de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF no estabelecimento da empresa atuada, afasta a aplicação do art. 69, § 2º da lei n. 5530/1989. 5. Preliminar de sobrestamento do julgamento do processo, rejeitada, por unanimidade, porque não há nenhuma determinação legal ou judicial nesse sentido. 6. Preliminar de inaplicabilidade da multa do art. 78, XI, "b" da lei n. 5530/1989, rejeitada, por voto de qualidade, porque é irrelevante para o caso o fato de o ECF estar ou não em funcionamento, estando a penalidade aplicada compatível com a situação fática. 7. Preliminar de nulidade do AINF por extrapolação do prazo da ordem de Serviço, rejeitada, por voto de qualidade, porque o que se extrai dos autos é que o AINF foi lavrado dentro do prazo estabelecido na ordem de serviço. 8. Utilizar ECF em desacordo com as normas estabelecidas na legislação aplicável, constitui infração tributária e sujeita o infrator às penalidades legais. 9. Recurso voluntário conhecido e não provido. DECISÃO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 01/09/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 01/09/2011. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Cláudio Humberto Duarte Barbosa, pelo provimento do recurso. ACORDAO N.2817- 2a. CPJ. RECURSO N.5652 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012007510006385-8) CONSELHEIRO RELATOR: ROBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração 2. A descrição da ocorrência, o enquadramento legal e a penalidade aplicada devem guardar estreita correlação. 3. Na vigência de regime especial, o prazo para recolhimento de ICMS sobre prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas se estende até o 10º dia do mês subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores. É a inteligência do art. 108, IX, a, §5º do RICMS, anexo ao DEC. 4676/2001. 4. Deve ser mantida a decisão monocrática que julgou improcedente o AINF quando comprovado nos autos que o sujeito passivo não cometeu a infração imputada. 5. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05/09/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 05/09/2011. VOTO CONTRÁRIO: Conselheira Marly Soares Bezerra, pelo conhecimento e provimento do recurso. ACORDAO N.2818- 2a. CPJ. RECURSO N.5654 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012007510006382-3) CONSELHEIRO RELATOR: ROBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A descrição da ocorrência, o enquadramento legal e a penalidade aplicada devem guardar estreita correlação. 3. Na vigência de regime especial, o prazo para recolhimento de ICMS sobre prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas se estende até o 10º dia do mês subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores. É a inteligência do art. 108, IX, a, §5º do RICMS, anexo ao DEC. 4676/2001. 4. Deve ser mantida a decisão monocrática que julgou improcedente o AINF quando comprovado nos autos que o sujeito passivo não cometeu a infração imputada. 5. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05/09/2011. DATA DO ACÓRDÃO: 05/09/2011.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - CERAT - BELÉM
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 284982

A Coordenadora Executiva Regional de Administração Tributária e Não Tributária - CERAT - Belém da Secretaria de Estado da Fazenda.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que se encontra a disposição do contribuinte, abaixo identificado, a **Notificação de Resultado de Diligência Fiscal** executada através da **Ordem de Serviço nº 012009820000444-5**, ficando o mesmo NOTIFICADO no prazo de 15 (quinze) dias após a data da publicação deste Edital.

Fica assegurado ao sujeito passivo o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que se considera notificado o contribuinte, na forma do art. 14, § 3º, III da Lei 6.182/98, para que apresente manifestação sobre o Relatório de Fiscalização, devendo a mesma ser apresentada na sede da Coordenação, localizada na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 2º andar, entre Av. José Bonifácio e Trav. Castelo Branco - São Braz, no horário de 08:00 as 14:00 hs, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007.

Findo o prazo, com ou sem manifestação do sujeito passivo, o processo será encaminhado à julgadora de primeira Instância para prosseguimento dos trâmites legais.

Auditor Responsável: **SOCORRO NAZARÉ FRANCO HONDERMAN**

AINF	RAZÃO SOCIAL	INSC. EST.
32053	TECNOCOOP – INF. COOP. TRAB. ASSIST. TEC. EQUIP. PROC. DADOS LTDA	15.157475-8

MÁRCIA MARIA COSTA SANTOS
Coordenadora Fazendária - CERAT- Belém

PORTARIA Nº 0893 DE 14 DE SETEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 284996

O Secretário Adjunto de Receitas de Estado da Fazenda, no uso da competência que lhe é conferida pela Portaria nº 0314, de 17/09/2007 e, tendo em vista os termos dos Processos nºs 002011730006108-0 e 002011730015146-2/SEFA, RESOLVE :

Reconhecer, nos termos da Lei Complementar nº 24 de 07 de janeiro de 1975 e Convênio ICMS 03 de 19 de janeiro de 2007 e do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001, arts. 1º e 50 do Anexo II, em favor de BENJAMIN DE ALBUQUERQUE ANDRADE LIMA, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF (MF) sob o n.º 392.234.262-00, a isenção do ICMS na aquisição de um veículo marca FIAT, modelo IDEA ADVENTURE DUALOGIC 1.8 FLEX, ano/modelo 2011/2012 com 115 HP, cujo preço de venda ao consumidor sugerido pelo fabricante/concessionária, incluídos os tributos incidentes, é de R\$ 62.198,00 (Sessenta e dois mil, cento e noventa e oito reais), VEÍCULO AUTOMOTOR COM SISTEMA DE DIREÇÃO HIDRÁULICA PARA USO DE DEFICIENTE FÍSICO, conforme LAUDO MÉDICO emitido pelos Médicos Sociedade Civil Ltda. – CLIMEPT – Clínica de Medicina e Psicologia de Trânsito, de 03 de Janeiro de 2011.

Este ato terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação no Diário Oficial do Estado, vedado sua prorrogação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DA FAZENDA, 14 de setembro de 2011.

NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA

SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DA FAZENDA

PORTARIA Nº 0901 DE 15 DE SETEMBRO DE 2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 284999

O Secretário Adjunto de Receitas Estaduais, no uso da competência que lhe é conferida pela Portaria nº 0314, de 17/09/2007 e, tendo em vista os termos do Processo nº 002011730015834-3

RESOLVE :

Reconhecer o direito à isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS , nos termos da Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, do Convênio ICMS 03, de 19 de janeiro de 2007 e do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001, arts. 1º e 50 do Anexo II, em favor de Karla Amorim Carmona, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda - CPF (MF) sob o nº 650.666.502-53, na aquisição de um veículo marca HONDA CITY Automático, EX AT FLEX, cujo preço de venda ao consumidor sugerido pelo fabricante / concessionária, incluídos os tributos incidentes, é de R\$ 67.990,00 (sessenta e sete mil, novecentos e noventa reais), Dirigir somente veículo automotor de transmissão automática com sistema de direção hidráulica para USO DE DEFICIENTE FÍSICO, conforme LAUDO MÉDICO emitido pelos Médicos Sociedade Civil Ltda. - CLIMEPT - Clínica de Medicina e Psicologia de Trânsito, de 23 de dezembro de 2009.

Este ato terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, vedado sua prorrogação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DA FAZENDA, 15 de setembro de 2011.

NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA

SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITAS DA FAZENDA

PORTARIA DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 285074

PORTARIA Nº 0964 DE 19 DE SETEMBRO DE 2011.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 314 de 09/02/2011, publicada no DOE nº 31852 de 10/02/2011, considerando-se os termos do Memorando nº 00138/2011-CGLC de 12/09/11, Processo Administrativo nº 002011730018254-6 SIAT/SEFA.

RESOLVE:

CONSTITUIR, Comissão de Licitação para o Processo Licitatório nº 023/2011 – Pregão Eletrônico nº 023/2011, cujo objeto: contratação de empresa para o fornecimento de licença de Gerenciador e Banco de Dados, a ser composta pelos seguintes servidores, respectivamente, Pregoeiro e Equipe de Apoio: **RAIMUNDO NONATO MELO MARINHO**, Datilógrafo, Identificação Funcional nº 5206855/1, **ANA SILVIA NOBRE LOPES**, Auxiliar Técnico, Identificação Funcional nº 3252205/1, lotados na Célula de Gestão de Licitações e Contratos, **EVANDO CAIRES PARDINHO**, Coordenador Fazendário, Identificação Funcional nº 54196206/1, lotado na Diretoria de Tecnologia e Informática.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Belém (pa), 19/09/2011

ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

Diretor de Administração/SEFA